

# Educação preventiva integral: desafios para os gestores da saúde e educação

Renato Barboza\* e Lígia Rivero Pupo\*\*

Desde 1996, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em parceria com a Secretaria da Saúde, implantaram o programa "Prevenção Também se Ensina", objetivando a redução da incidência das DST/Aids e do abuso de drogas entre adolescentes da rede pública de ensino fundamental e médio. Este programa atingiu 100% das diretorias de ensino; 4.635 educadores capacitados; 3.468 escolas (58% da rede); 3.500.000 alunos beneficiados por ações preventivas.

Segundo a UNESCO, a escola é um espaço privilegiado para desenvolver ações preventivas que contribuam para formação de valores e atitudes, voltadas para melhoria da qualidade de vida.

Estudos para estimar a prevalência do consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes de dez capitais brasileiras, realizados nos anos de 1987, 89, 93 e 97 pelo CEBRID, indicam na análise do conjunto, tendência de aumento do uso freqüente de drogas (uso de drogas seis ou mais vezes nos últimos trinta dias que antecederam a pesquisa), destacando-se na análise do conjunto, a maconha, os ansiolíticos, os anfetaminicos e a cocaína.

Na amostra da Região Metropolitana de São Paulo, as drogas de uso freqüente são: maconha, cocaína, tabaco e álcool. Entre os usuários, 33,0% apresentaram três anos ou mais de defasagem escolar, do que entre os não-usuários (20,2%).

Dados epidemiológicos do período de 1980 a dezembro/2002, indicam que a faixa etária de dez a dezenove anos, representa 12,4% do total de casos de Aids notificados no Estado (116.733). Cabe destacar que 20,9% dos casos, referem-se à faixa etária de vinte a vinte e quatro anos, indicando que um número significativo de pessoas, se infectaram no período da adolescência.

Portanto, a vulnerabilidade da população jovem às DST/Aids, ao uso indevido de drogas e à gravidez não planejada são demandas sociais e importantes desafios para os gestores nas áreas da Saúde e Educação.

A complexidade das ações preventivas exige que estas sejam discutidas não apenas no âmbito do comportamento individual, mas também no seu aspecto coletivo, atendo-se ao contexto sociocultural, no qual o indivíduo está inserido.

Desde a década de 90, o conceito de vulnerabilidade tem contribuído para fundamentação teórico-metodológica e formulação de propostas de programas na área de Educação Preventiva. Para além do risco individual ou coletivo, a noção de vulnerabilidade aponta que todas as pessoas, possuem algum grau de risco frente aos diferentes problemas de saúde e estes são determinados por fatores individuais, sociais e institucionais.

O Ministério da Educação define *Educação Preventiva Integral* como um "processo de formação para o exercício

da cidadania, apoiado na análise das condições de vida da população, seus padrões de comportamento, valores culturais, atitudes e crenças," tendo como finalidade a implementação de políticas públicas.

A Carta de Otawa (1986) aponta como elementos fundamentais a promoção de políticas públicas, a participação comunitária e a responsabilização dos governos, em diferentes níveis, nas ações voltadas à proteção da população.

A Educação, enquanto processo de interação e formação de sujeitos, constitui-se em espaço social para a construção de valores e atitudes saudáveis, promovendo o desenvolvimento da autonomia e do senso de responsabilidade individual e coletiva de crianças, adolescentes e também das instituições.

Sendo assim, a prevenção deve ser responsabilidade intrínseca da Saúde e da Educação, setores que devem atuar de forma integrada e a partir de princípios norteadores, permitindo recompor a fragmentação existente nas práticas tradicionais de educação em saúde. Essas ações devem ser contextualizadas, contínuas e com a participação de diferentes segmentos da comunidade.

## Desafios para os gestores

- Elaboração de agenda conjunta, articulando em nível local as pastas da Saúde e Educação para implementação de políticas públicas em Educação Preventiva Integral;
- Instrumentalização dos profissionais da Saúde e Educação para atenção integral à população adolescente;
- Desenvolvimento de programas eficazes, que possam minimizar os determinantes da vulnerabilidade da população jovem e a desarticulação entre a rede pública de ensino e de saúde.

## Referências bibliográficas

GALDURÓZ, J.C.F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. - IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º graus em 10 Capitais Brasileiras. CEBRID, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, Programa Estadual DST/AIDS. Boletim Epidemiológico AIDS – Raça/Cor e Mortalidade. CVE Ano XXII, Número 1, Outubro 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Série Educação Preventiva Integral, 1994.

\* Sociólogo, mestrando em Saúde Coletiva, pesquisador científico do Núcleo de Investigação em Serviços e Sistemas de Saúde do Instituto de Saúde – SES/SP. Email: renato@isaude.sp.gov.br

\*\* Psicóloga, mestranda em Medicina Preventiva, pesquisadora científica do Núcleo de Investigação e Estudos em Epidemiologia do Instituto de Saúde – SES/SP.